



ANO 17 Nº 8
Agosto de 2008

A especialização das exportações gaúchas

A FEE vem estudando as alterações na pauta de exportação gaúcha e utilizou uma metodologia da OCDE para a classificação dos produtos exportados, que foram divididos em quatro grupos, a saber: os intensivos em recursos naturais, os intensivos em trabalho, os baseados em escala e os intensivos em tecnologia diferenciada e baseada em ciência. Foram selecionados, ano a ano, entre 1989 e 2007, os 20 principais capítulos da pauta exportadora do Rio Grande do Sul, que representaram cerca de 90% das exportações totais do Estado. Posteriormente, cada capítulo foi agrupado de acordo com a classificação acima exposta. Assim, por exemplo, os capítulos de complexo soja, fumo e carnes, dentre outros, foram classificados em recursos naturais; os de calçados, couros e móveis, em trabalho; os de plásticos, borracha e veículos, em escala; e os de máquinas e aparelhos elétricos e de armas e munições, em tecnologia diferenciada. O gráfico traz a participação percentual de cada grupo no valor total das exportações, em dólares, dos 20 principais capítulos de cada ano.

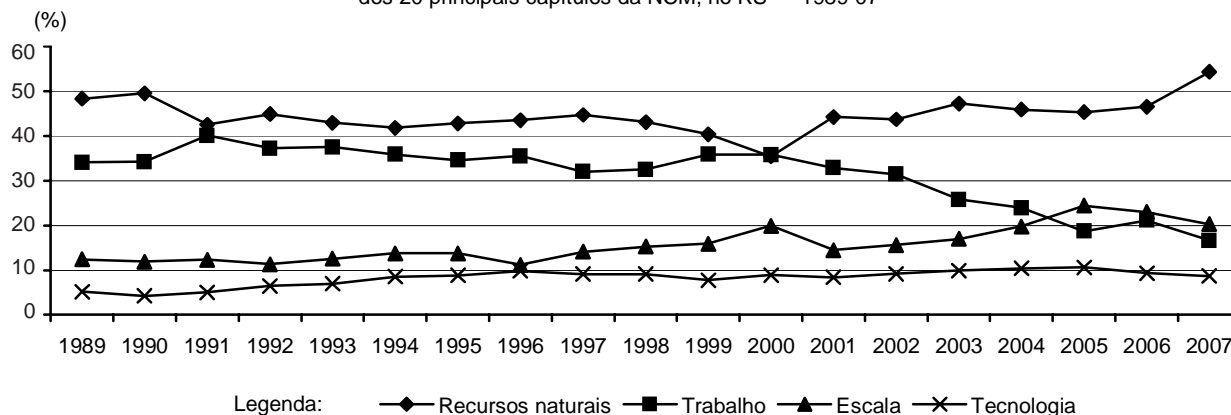
Os produtos intensivos em recursos naturais iniciaram o período com 48% e findaram com 54%, apresentando uma participação média anual de 45%. Já os intensivos em trabalho começaram com uma participação de 34% e terminaram com uma de 17% e uma média de 31%. O grupo de produtos intensivos em escala saltou de 12% para 20%, sendo sua média de 16%. A participação dos intensivos em tecnologia diferenciada começou com 5% e terminou com 9%, próximo à sua participação média, que alcançou 8%. A visualização do gráfico permite diversas ilações. Vamo-nos deter em uma: em 2000, os intensivos em recursos naturais e os intensivos em traba-

lho estavam virtualmente “empatados”. A partir daí, assumiram trajetórias diametralmente opostas. Essa tendência vai-se manter?

A redução da participação dos produtos intensivos em trabalho — basicamente calçados, a principal mercadoria desse grupo — iniciou com a perda de competitividade dos produtores locais, devido ao custo de sua mão-de-obra *vis-à-vis* ao de outros países emergentes. Essa perda se acelerou com a valorização continuada do real a partir do início de 2003. Esses problemas relativos à mão-de-obra e ao câmbio continuam presentes. O custo da mão-de-obra não pode ser revertido, mas, quem sabe, uma desvalorização cambial associada à agregação de valor ao produto final possa, ao menos, estancar a tendência de queda.

Quanto aos intensivos em recursos naturais, basicamente *commodities* agrícolas, a demanda da China e de outros emergentes, a alta do preço do petróleo, o crescimento da produção de biocombustíveis e a própria desvalorização do dólar são fatores que indicam, no mínimo, a manutenção de seus preços nos níveis atuais. Contra isso, estariam a desaceleração da economia norte-americana e, principalmente, seus reflexos sobre as demais economias do planeta. Resta ainda uma incógnita: os movimentos do capital financeiro. Nos últimos anos, diferentes fundos de investimento têm especulado no mercado futuro de *commodities* agrícolas, o que “inflou” sobremaneira seus preços. Uma retirada de recursos desse mercado, mesmo que parcial, causaria um impacto bastante forte nos preços dos produtos intensivos em recursos naturais.

Participação de cada área de especialização no total das exportações dos 20 principais capítulos da NCM, no RS — 1989-07



FONTE: MDIC/Secex/Sistema Alice.

Álvaro Garcia (FEE/CEES)

A urgente necessidade da retomada do planejamento da RMPA

O planejamento metropolitano tem sido um tema ausente da agenda política nos últimos 30 anos. Nos anos 70, os problemas eram menores, e a população, a metade da atual. Mesmo assim, havia instituições e grupos de profissionais trabalhando com a questão metropolitana. Apesar dos muitos anos de baixo crescimento econômico, os problemas metropolitanos agravaram-se. Presentemente, com as perspectivas de expansão econômica, tais problemas (circulação, preço do solo, elevação dos custos urbanos, saneamento) tendem a ser potencializados, apontando uma piora da situação em geral.

Observe-se que aproximadamente a metade da produção industrial e da oferta dos serviços e mais de um terço da população estão concentrados em apenas 3,64% do território sul-rio-grandense. Esse padrão de aglomeração, excessivo sob muitos aspectos, exige um ordenamento mínimo, sob pena de se atingir o caos urbano metropolitano em prazo muito curto. Portanto, a retomada do planejamento impõe-se como um elemento mitigador dos efeitos perversos do crescimento espontâneo. O planejamento não deve ser visto como uma panacéia, mas como um instrumento útil para se evitar que grandes equívocos sejam cometidos.

Participação relativa da RMPA na população, no Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial e dos serviços e na área total do RS — 2005

VARIÁVEIS	RMPA/RS (%)
População	37,17
VAB industrial	49,96
VAB dos serviços	48,94
Área	3,64

FONTE: IBGE.
FEE.

José Antônio Alonso (FEE/CEES)

Municipalização da gestão ambiental no RS – 2002-06

Em pesquisa recentemente concluída na FEE, faz-se um estudo do arcabouço das políticas públicas ambientais no Brasil e no RS, tendo como eixo central o papel do Estado na institucionalização das questões ambientais, para garantir processos em prol do desenvolvimento sustentável. Nesse espectro, coloca-se como ponto relevante a descentralização das políticas de meio ambiente, com a transferência de atribuições do Governo Estadual aos municípios.

Assim, tendo como estudo de caso 24 municipalidades da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e comparando-se com dados de levantamento anterior feito pelo IBGE

em todos os municípios brasileiros, um dos aspectos verificados no trabalho remete aos tipos de atribuições transferidas pelo Governo Estadual para os 24 municípios analisados no período 2002-06. Observa-se, nessa comparação, uma expansão significativa de procedimentos de licenciamento, que abarcavam um terço dos municípios em 2002 e que, em 2006, passaram a ser realizados em 46% deles. Outras ações, como fiscalização e combate à poluição do ar e gestão de recursos hídricos ainda são incipientes, mas já se fazem notar em alguns municípios, o que denota a preocupação dessas instâncias em atender às necessidades referentes à gestão para a sustentabilidade.

Percentual de municípios da RMPA por tipo de atribuição transferida pelo Governo Estadual — 2002 e 2006

TIPO DE ATRIBUIÇÃO	2002	2006
Fiscalização e combate à poluição do ar.....	4	8
Gestão de recursos hídricos	4	4
Gestão de recursos florestais	13	-
Gestão de recurso solo	8	4
Licenciatura ambiental	33	46
Outras gestões	17	-

FONTE: IBGE.

FEE/NIS.

Clítia Helena Backx Martins (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

**Carta
de
Conjuntura FEE**

Política industrial: divergências com a política macroeconômica?

No mês de maio, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo, onde se insere a nova política industrial. Esse conjunto de medidas define como principais metas para 2010 os pontos que seguem: ampliação do investimento produtivo, medido pela participação da formação bruta de capital fixo (FBCF) sobre o PIB, de 18,29% para 21% e crescimento do investimento privado em pesquisa e desenvolvimento para 0,65% do PIB (atualmente em 0,5%) e da participação das exportações brasileiras no comércio mundial de 1,18% para 1,25%.

As ações propostas fundamentam-se na renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões até 2011, na redução do prazo para devolução dos tributos recolhidos na compra de bens de capital, no aumento da dotação orçamentária do Proex para R\$ 150 milhões e na ampliação do limite de faturamento anual das empresas habilitadas a captar recursos. O BNDES deve disponibilizar R\$ 210,4 bilhões para projetos de ampliação, modernização e inovação, com custos reduzidos e prazos ampliados para a compra de bens de capital e linhas especiais de crédito para comercialização doméstica de insumos, matérias-primas e componentes de informática.

Dentre as áreas e os setores priorizados, destacam-se saúde, tecnologias de informação e comunicação, complexo industrial de defesa, nanotecnologia e biotecnologia, complexo aeronáutico, petróleo, gás e petroquímica, bioetanol, mineração, siderurgia, celulose e papel e carnes. Também as indústrias de calçados e couro, têxtil e confecções, madeira e móveis foram contempladas com o alargamento do prazo de financiamento.

Com essas propostas, o Governo brasileiro tenta superar importantes fragilidades da economia brasileira, como a estagnação do investimento tecnológico e a ampliação do déficit comercial, sem alterar a política macroeconômica. Entretanto a manutenção dos juros altos e do câmbio valorizado, bem como a crescente “commoditização” dos bens produzidos, é um limite de difícil transposição, pois torna a economia vulnerável às freqüentes oscilações internacionais e esteriliza as ações de políticas públicas.

No caso da indústria gaúcha, medidas que visem contrabalançar os efeitos nefastos da sobrevalorização cambial são bem-vindas, principalmente para a indústria calçadista, cuja produção continuava em queda no mês de maio. Também o apoio à indústria de bens de capital e de *softwares*, áreas em que o Estado se destaca nacionalmente, poderia apresentar efeitos favoráveis à dinamização da indústria do RS. Em que pesem as divergências entre as políticas industrial e

macroeconômica, algumas iniciativas poderiam contar com o reforço da administração estadual, pois, como revelam as informações relativas a 2008, o crescimento da indústria gaúcha já começou a perder o fôlego. Conforme informações do IBGE, verificaram-se resultados negativos nos meses de março (-1,07) e de maio (-4,73). Apostar apenas na atração de investimentos externos que atualmente se orientam basicamente para o agronegócio e para a silvicultura pode ser o abandono definitivo da possibilidade de crescer com sustentabilidade e equidade.

Participação da formação bruta de capital fixo no PIB, no Brasil — 2007/08

PERÍODOS	% DO PIB
Abr.-jun./07	17,47
Jul.-set./07	18,38
Out.-dez./07	17,67
Jan.-mar./08	18,29

FONTE: IBGE/Contas Nacionais.

Participação das exportações brasileiras nas mundiais — 2007/08

ANOS	PARTICIPAÇÃO %
2004	1,08
2005	1,16
2006	1,16
2007	1,18

FONTE: Bacen. MDIC.

Índice de produção física da indústria geral no Brasil e no RS — 2007/08

MESES	BRASIL	RS
Fev./08	109,69	112,04
Mar./08	101,26	98,93
Abr./08	109,98	107,47
Mai/08	102,38	95,27

FONTE: IBGE/SIDRA.

NOTA: Os dados têm como base igual mês do ano anterior = 100.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.07.08).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Miriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.